

Gênero, modernidade e educação na Escola Normal “João Pessoa” e no Instituto Pedagógico Campinense

Elson da Silva Pereira Brasil

PET-História UFCG

elsonspb@gmail.com

Fundado pelo Tenente Alfredo Dantas e por sua enteada a normalista Ester Azevedo em 1919, o educandário é tomado por alguns historiadores¹ como sendo sinal da modernidade pedagógica que despontava no Brasil e chegava à Campina Grande. De início o Instituto Pedagógico Campinense (IPC) abrigava apenas uma cadeira destinada ao ensino dos meninos, essa ministrada pelo Tenente Alfredo Dantas, e outra destinada às meninas e ministrada por Ester de Azevedo. O referido Instituto emerge em um contexto em que aumentava preocupação com a instrução dos filhos da elite campinense. A necessidade de criar uma imagem de cidade moderna prescindia de um estabelecimento de ensino que tivesse normas que disciplinassem as crianças. Como militar o tenente tinha “seus métodos que eram muito rígidos. Mas tudo era em benefício dos alunos” (Dinoá, 1993:247).

O IPC se destaca entre as demais escolas. Em 1928 passa a funcionar em novas instalações físicas “adaptadas as condições higiênicas e pedagógicas” “remobiliado, dotado de mobiliário escolar, material didático e pedagógico” (Evolução, Nº 1, 1931, p. 7). Com essas modificações aumenta a demanda do IPC e são fundados outros cursos. Em 1928 são criados o curso técnico Comercial e o curso normal. Em 1930 essa recebe o nome de Escola Normal “João Pessoa”, em homenagem ao presidente do estado morto em 1930.

Para ingressar em uma escola normal na Paraíba o candidato ou candidata tinha de corresponder a alguns pré-requisitos; se submeter a um teste de admissão respondendo a questões de conteúdo referentes ao ensino primário. Ter no mínimo treze anos completos, e apresentar “Atestado médico de ter sido vacinado e não sofrer moléstia infecto-contagiosa ou defeito físico que inabilite o magistério” (Paraíba, Decreto Nº 75, de 14 de março de 1931) esses critérios mostram como havia uma construção sobre o corpo do futuro professor. O fato de ter de apresentar

¹ Ver os trabalhos de SILVA (2010), ANDRADE (2012) e SILVA (2011), neles é possível perceber como as autoras interpretam a criação do IPC como sendo um marco na Educação campinense do século XX.

um atestado médico mostra como nesse momento a medicina era um saber que estava criando uma ordem baseada na higiene e saúde, e como essa ordem normatizava os sujeitos (Costa, 1979). Era preciso também, até 1932, que os interessados (as) em fazer o curso normal pagassem uma taxa de inscrição², mas nesse ano o Governo estadual lança um decreto que proíbe a cobrança de taxas de inscrição nas escolas normais do estado e nas equiparadas. Essa ação do governo estadual é apoiada pela revista. Para os editores essa era uma ação típica de um “vanguardeiro do progresso e do civismo” e era a repercussão da herança deixada por João Pessoa. (Evolução, Nº 5, 1932. P. 5). Ao noticiar a não cobrança da taxa de inscrição o IPC se produzia, por meio de sua revista, como uma instituição que respeitava o governo e aproveitava para se promover.

A equipe de direção do IPC expunha em sua revista, o que considerava como sendo serviços prestados a educação. Em sua vitrine, a revista *Evolução*, o IPC fazia questão de expor e divulgar que seus cursos eram supervisionados por representantes do estado e ter seus cursos reconhecidos pelos mesmos.

O curso normal que é professado na “Escola Normal João Pessoa”, está equiparado ao da Normal Oficial do Estado, pelo Decreto nº 1615 de 9 de Dezembro de 1929.

Confere *diploma* de qualquer das especialidades acima professadas. O Comercial, com fiscalização preliminar desde 1928, pelo Governo Federal, suspenso desde as eventualidades de Outubro de 1930, será restabelecido. A partir de 2 de Janeiro de cada ano, funcionará um curso de emergência para admissão ao de Auxiliar do Comercio e ao Propedeutico, indispensável aos que querem ingressar á carreira do Comercio. (Evolução, Nº 3, 1931, p. 32).

Além de expor as benesses de seus cursos. A revista trazia em algumas páginas reivindicações pelo ensino leigo. Muito próximas do que pensavam os adeptos da pedagogia nova ou escola nova³. Nesse sentido, ao aderir às ideias de educação que se classificavam nos moldes do Escolanovismo, o IPC aderiu também a essa proposta educacional de caráter normatizador do corpo que o novo modelo

² Até o momento não localizamos o valor cobrado pela mesma.

³ Para Fontoura (1969: 331) “Chama-se *Educação Nova* ou *Escola Nova* o grande movimento renovador da educação, surgido em fins do século XIX na Inglaterra, e a seguir espalhado pelo mundo inteiro, com o objetivo de fazer da escola não apenas uma agência de ensino, mas uma casa de integração da criança através de métodos dinâmicos, baseados na Biologia e na Psicologia”; para saber mais sobre a Escola Nova em Campina grande ver: **BRASIL, E. S. P.**. A DEFESA DO MODELO ESCOLANOVISTA NA REVISTA EVOLUÇÃO : CAMPINA GRANDE-PB, DÉCADA DE 1930. In: III Colóquio Brasileiro Educação na Sociedade Contemporânea, 2012, Campina Grande. III Colóquio Brasileiro Educação na Sociedade Contemporânea: Escola e Educação na sociedade contemporânea, 2012. v. 1. (CD-ROM).

propunha: uma educação nos moldes da modernidade onde o corpo passa ser agenciado e pedagogizado na escola. Sendo assim consideramos o IPC um mestre que assume o discurso de quem quer polir o espírito de seus alunos e alunas. Que vai receber meninos e meninas como se estes fossem pedras (semi) preciosas que precisavam ser lapidadas para brilhar na sociedade, que ambicionava alcançar o status de moderna e que precisa de corpos dóceis e educados para atuar na sociedade moderna.

Também era na *Evolução* que nos anos de 1931 e 1932 anunciava o período de matrículas e o período de início das aulas. O exemplar de janeiro de 1932, após expor os cursos de “ensino primário, secundário, normal, comercial e de Instrução militar” do IPC anuncia que as inscrições começarão,

de 10 a 15 de Fevereiro; e de 16 a 28 terão ensejo esses exames e respectivas matrículas, nas escolas Normal e Comercial, anexas ao Instituto. De 15 de Janeiro a 15 de Novembro funcionando as aulas primárias do Grupo Modelo, anexo á “Escola Normal João Pessoa”. E a 10 de Março se reabrem as dos cursos secundários em apreço. Confere diplomas das especialidades mencionadas e caderneta militar aos jovens que se habilitarem aos respectivos exames finais. (*Evolução*, Nº 5, 1932, contracapa).

Além dessas informações informa ainda que aceita meninos e meninas como internos. E que disponibiliza de “Departamentos completamente independentes para meninas e professoras, que privam, com os seus Diretores e com os quais vivem na maior cordialidade” (*Evolução*, Nº 5, 1932, contracapa). De acordo com Ester Azevedo, que fundou o IPC junto com o tenente, o “Internato, a acolhida era maior para as cidades vizinhas” (DINOÀ, s/d. p. 248). Para Joaquim da Conceição a manutenção dos internatos se dava em algumas localidades em função da “falta ou deficiência de colégios no interior do estado, as longas distancias, além da dificuldade de transporte e comunicação entre as localidades” (CONCEIÇÃO, 2012, p. 29).

O fato de se oferecer um internato com departamentos, acomodações distintos para meninos e meninas mostra como o IPC atuava no que Guacira Louro chama de produção da diferença por meio da delimitação dos espaços, segundo ela “A escola delimita os espaços. Servindo-se de símbolos, de códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o lugar dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas” (Louro, 2010, p. 58). Se a fabricação da diferença entre masculino e feminino é percebida na separação dos

internatos, a fabricação da professora se dava, por exemplo, por meio de visitas as fábricas da cidade. Esse tipo de atividade também era noticiado nos periódicos do IPC.

Uma das atividades realizadas pela Escola Normal foi uma visita das normandas a algumas fabricas da cidade de Campina Grande. Segundo o Jornal o Comércio de Campina as visitantes estavam “curiosas e ávidas de instrução, lastro da mais nobre e patriota missão de ensinar: sabendo”, “Pelo que se vê, as professorandas normalistas recebem noções diretas do que precisam entender para mais facilmente transmitir em suas lições sobre indústrias e profissões” [sic.] (Comércio de Campina, 3 de setembro de 1932, p. 4). As alunas tinham de conciliar os estudos propedêuticos que o curso já lhes oferecia com visitas técnicas a pequenas fábricas da cidade para melhor ensinarem a seus alunos sobre o funcionamento das mesmas. O analfabetismo que elas tinham de combater não era mais apenas o letrado, tinham de educar para um dado sistema econômico. Seus corpos eram treinados para corresponder a novos objetivos das nascentes fábricas, como a Saboaria Pernambucana que fabricava o sabão jacaré (Dinoá, s/d. p. 141).

A mulher passa a ser inserida no cenário de uma economia moderna e capitalista. Segundo Cavalcante (2000) as transformações da modernidade em Campina Grande nessa época ocasionaram uma saída da mulher do privado para o público. E foram os saberes médicos e pedagógicos que lideraram o controle do corpo feminino que se libertava das paredes do lar, mas que não podia se desvencilhar da imagem de mulher ideal e de mãe. Para Cavalcante (2000, p. 200)

Ficou evidente como as mudanças nos costumes, comportamentos, condutas, papéis familiares, discursos e posturas jurídicas, aos quais denotavam a emergência de novas sensibilidades sociais e novas maneiras de ser mulher e de ser homem estavam intrinsecamente ligadas a todo o processo de crescimento comercial, de modernização dos serviços, de expansão urbana e de incremento do lazer, vivenciado pela sociedade campinense.

Nesse cenário de mudanças de costumes e sociabilidades a escola vai ser esse lugar por excelência onde a disciplina se aplica sobre os corpos (Foucault, 2010) e se estende pela sociedade. As escolas normais que se difundem no País em fins do século XIX e início do XX não foram diferentes. Serão também lugares de disciplinarização e normatização do corpo feminino.

Bibliografia

ANDRADE, Vivian Galdino de. A Compreensão de uma 'modernidade pedagógica' através do Instituto Pedagógico Campinense (1919-1950). In: **Anais do IX Seminário de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"**. UFPB – João Pessoa, 2012.

BRASIL, Elson da Silva Pereira. A DEFESA DO MODELO ESCOLANOVISTA NA REVISTA "EVOLUÇÃO": CAMPINA GRANDE-PB, DÉCADA DE 1930. In: **Anais do III COBESC**, Campina Grande-PB, 2012.

CAVALCANTI, Silêde Leila. **Mulheres modernas, mulheres tuteladas: o discurso jurídico e a moralização dos costumes – Campina Grande 1930-1950**. Recife, 2000. Dissertação de Mestrado em História apresentada ao PPGH da UFPE.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar: Colégios-internatos no Brasil (1840-1950)**. Salvador, 2012. Tese de doutorado em História apresentada ao PPGH UFBA.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**. Vol. II. João Pessoa – Pb: União. S/D.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhe. 38. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos, In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). **Fontes históricas**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011. P. 111-153.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: Nicolau Sevcenko. (Org.). **História da Vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do rádio**. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p. 7-48.

SILVA, Maria Raquel. **Civilizando os filhos da "Rainha", Campina Grande: modernização, urbanização e grupos escolares (1935-1945)**. Dissertação (Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba), João Pessoa, 2011.

SILVA, Paloma Porto. **(Des) Alinhando alguns fios da modernidade pedagógica: um estudo sobre as práticas discursivas em torno da educação infantil em Campina Grande-PB (1919-1945)**. Dissertação (Mestrado em História, Universidade Federal da Paraíba), João Pessoa, 2010.

Fontes

Revista Evolução

Jornal Comércio de Campina

Jornal A União

Anuário de Campina Grande do ano de 1925

Álbum do Comércio de Campina Grande 1925